

PROEJA NO IFS CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO: Perspectivas Para o Mercado de Trabalho

RESUMO

O presente trabalho se propõe a refletir sobre as perspectivas dos alunos do 5º G, do Curso de Manutenção e Suporte em Informática, modalidade PROEJA, do Campus São Cristóvão, do Instituto Federal de Sergipe, sobre o mercado de trabalho. A pesquisa foi efetuada no primeiro semestre de 2012, depois de um levantamento bibliográfico e documental referentes a temas como escolas profissionalizantes, instauração do PROEJA nos Institutos Federais, mercado de trabalho e práticas educativas, bem como meio social. Tal trabalho oferece a oportunidade para estudos posteriores sobre o PROEJA – Campus São Cristóvão, servindo de base, também, para pesquisas futuras.

Palavras-chave: PROEJA; Educação; mercado de trabalho.

ABSTRACT: PROEJA AT IFS – CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO: PERSPECTIVES TO THE WORK MARKET

The present work intends to reflect on the prospects of students of the 5th G Class, Maintenance and Support in Computer Course, modality PROEJA, Campus São Cristóvão, at Instituto Federal de Sergipe, about the labor market. The research was conducted in the first half of 2012, after a bibliographical and documentary concerning issues such as trade schools, establishment of PROEJA at Instituto Federal, labor market and educational practices, as social environment too. This work offers the opportunity for further studies on the PROEJA - Campus São Cristóvão, serving as a basis also for future research.

Key words: – PROEJA; Education; work market.

1. INTRODUÇÃO

A discussão aqui iniciada sobre o Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), no Instituto Federal de Sergipe (IFS) - Campus São Cristóvão, procura mostrar o papel e a função do PROEJA, bem como de sua importância no processo de preparação técnico-científica da mão de obra qualificada, a qual requer uma preparação profissional, tendo como ponto de partida o ensino profissionalizante o qual também há de ser direcionado ao jovem e adulto que não teve oportunidade de qualificar-se no devido tempo.

Neste sentido, com o objetivo de atender ao Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006, contribuindo para a inclusão dos cidadãos, com direito de concluir a

educação básica e ter acesso à formação profissional de qualidade, o IFS - Campus São Cristóvão, passou a ofertar o Curso Técnico em Informática com Habilitação em Operação, Manutenção e Redes de Computadores, Integrado ao Ensino Médio, PROEJA para ingresso no primeiro semestre do ano letivo de 2007, observando a tendência da exigência do mercado e uma gama crescente de pessoas e municípios vizinhos, que estavam sem acesso à educação profissionalizante na modalidade de Educação de Jovens e Adultos,

Trata-se de medida que busca prestar atendimento ao expressivo contingente de jovens e adultos trabalhadores que necessitam ampliar sua escolarização básica, ao mesmo tempo em que buscam oportunidades de aperfeiçoamento e/ ou qualificação profissional que os credencie à ocupação dos postos de trabalho. Neste sentido, na medida em que os alunos hoje inseridos em uma sociedade com diversidades culturais, são aguçados a despertar, a conhecer, a respeitar e a aprender as características do outro, conhecem-se a si mesmos, sendo necessário estabelecer um diálogo entre o universo cultural da escola e o universo cultural do aluno, para que este encontre sentido e valor no trabalho de construção e de aquisição de novos saberes, cabendo ao professor oferecer significados e práticas diferenciadas de aula para que o aluno a aprecie e sinta prazer em sua realização.

O aluno do PROEJA, do Instituto Federal de Sergipe (IFS), Campus São Cristóvão, oriundo de povoados do entorno da instituição, adentra o universo escolar com dois objetivos básicos: o primeiro visa à formação acadêmica, geralmente de Ensino Médio, haja vista que não houve tempo para que o mesmo concluísse a Educação Média em tempo considerado adequado; e o segundo agrega ao Ensino Médio uma educação profissional que garante ao concludente os saberes necessários para ingressar no mercado de trabalho e buscar uma melhoria econômica e, por conseguinte, social.

O Curso de Manutenção e Suporte em Informática, noturno e implantado em 2007, visa qualificar os educandos em uma área bastante promissora no mercado de trabalho, bem como dar aos mesmos a oportunidade de lidar com os meios e os fins desconhecidos pela grande maioria, até então: o computador e a parte de Tecnologia da Informação.

O objetivo do presente trabalho é analisar as perspectivas dos educandos do PROEJA – IFS, Campus São Cristóvão, para o ingresso no mercado de trabalho, enquanto mão de obra qualificada.

Este artigo propõe-se a refletir sobre as perspectivas do estudante do PROEJA em relação ao mercado de trabalho e sobre as melhorias observadas pelos mesmos em suas trajetórias acadêmicas.

2. O PROEJA: CRIAÇÃO, PRINCÍPIOS E APLICABILIDADE.

O PROEJA foi instituído em âmbito federal, através do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Tendo como princípio educativo o trabalho, a partir da formação profissional com escolarização para jovens e adultos, o PROEJA oferece as seguintes modalidades:

1. Educação profissional técnica de nível médio, com ensino médio, destinado a quem já concluiu o ensino fundamental e ainda não possui o ensino médio e pretende adquirir o título de técnico;
2. Formação inicial e continuada com ensino médio, destinada a quem já concluiu o ensino fundamental e ainda não possui o ensino médio e pretende adquirir uma formação mais rápida;
3. Formação inicial e continuada com ensino fundamental (quinta à oitava série ou sexto ao nono ano), para aqueles que já concluíram a primeira fase do ensino fundamental. Dependendo da necessidade regional de formação profissional, são também admitidos cursos de formação inicial e continuada com o nível médio (MEC, 2009).

O Documento Base para Formação Inicial e Continuada do Ensino Fundamental aponta que o PROEJA tem como desafio a construção coletiva de um Projeto Político Pedagógico, dentro de cada instituição, , contemplando em sua organização curricular a dimensão do trabalho e a elevação da escolaridade.

A Educação Escolar Indígena também foi contemplada pelo PROEJA, atendendo às demandas dos povos indígenas no que tange ao resguardo e ao reconhecimento de suas diferenças no contexto da sociedade nacional. Neste sentido, foi constituído o Documento PROEJA para Educação Profissional e Tecnológica Integrada à Educação Escolar Indígena.

De acordo com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), várias ações governamentais estão sendo implementadas para que esta política se consolide. Dentre elas estão a qualificação de profissionais através de cursos de extensão, de formação em nível de pós-graduação lato senso de docentes e gestores, a constituição de linhas de pesquisa e a produção de materiais educativos que estabeleçam base para a elaboração de material didático específico.

Como política pública, o PROEJA estabelece mecanismos de planejamento, execução e monitoramento/avaliação imprescindíveis para verificar a eficácia, a eficiência e a efetivação do programa. Em 2009, ainda em fase de organização, a SETEC/MEC e a Secretaria de Educação Continuada,

Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), propuseram o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada com Ensino Fundamental (PROEJA-FIC).

Através do PROEJA-FIC, pessoas com necessidades especiais, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade, jovens e adultos do sistema prisional, indígenas, moradores de comunidades ribeirinhas e de localidades que desenvolvem a agricultura familiar, em 1400 horas-aula mínimas, distribuídas em 1200 de Ensino Fundamental e 200 de qualificação profissional, o governo procura aumentar a escolaridade de pessoas que não tiveram acesso à escola no tempo oportuno.

3. PROEJA, Educação e Mercado de Trabalho

O homem não nasce homem. É pelo trabalho que ele se torna homem.
Segundo Saviani:

Ele [homem] não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (2007, p. 154).

A relação do homem com o trabalho e com o saber que decorre desta relação se inicia quando este busca na natureza os meios para satisfazer as suas necessidades de alimentação, abrigo e vestuário, organizando-se em pequenos grupos e dividindo os frutos encontrados e os animais abatidos, predominando uma economia de subsistência. Só mais tarde, o homem começou a produzir o alimento que necessitava, cultivando a terra e domesticando animais (MANFREDI, 2002). Para Pinto (2005, p. 157) “Foi uma extraordinária descoberta a possibilidade de fazer o solo produzir as plantas das quais o homem extrai os alimentos.” Ainda segundo este mesmo autor, o homem não se limita a conhecer a natureza, mas conhece o mundo a partir de sua experiência, produzindo a sua cultura, que o leva a viver em estado social, trabalhando coletivamente. Para Freire “[...] estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de intervindo no mundo, conhecer o mundo.” (1996, p. 31).

Ao tornar-se agricultor e pastor, o homem aprimorou as técnicas e os instrumentos de trabalho como resultado de sua experiência e da capacidade de modificar o mundo, “[...] em todos os ‘manejos’ humanos, isto é, nas ações

humanas, há uma técnica [...]” (PINTO, 2005, p. 146). Esta técnica resulta da reflexão sobre a atividade criadora do homem.

Para que estes sujeitos possam apropriar-se deste mundo preexistente, esta realidade inacabada produzida ao longo da história humana, eles precisam aprender a conviver com outros homens e exercer uma atividade para construção deste mundo e de si mesmo. Isso significa dizer, segundo Charlot: “Nascer, aprender, é entrar em um conjunto de relações e processos que constituem um sistema de sentido, onde se diz quem sou, quem é o mundo e quem são os outros” (2000, p. 53).

Para Schwartz (2006, p. 459) “[...] o trabalho é pleno independente do fato de ser assalariado, formal ou informal, doméstico ou mercantil [...]”. Por muito tempo a formação do trabalho esteve reservada às classes populares, baseada em atividades manuais aprendidas na própria dinâmica do trabalho (MANFREDI, 2002). O pouco valor da educação e a não exigência de qualificações para as atividades de trabalho manual colaboraram para manter dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual.

A Educação Profissional insere-se neste contexto no qual por muito tempo a educação escolar foi considerada desnecessária para a maioria da população trabalhadora: “Essa dissociação entre educação e trabalho é completamente lógica quando a educação é reservada àqueles que não são destinados a trabalhar com seus corpos.” (CHARLOT, 2000, p. 10).

Segundo as estatísticas nacionais, existe uma diferença entre os indicadores educacionais relativos às populações que vivem no meio rural e às que vivem nas cidades, com clara desvantagem para as primeiras. O maior número de sujeitos excluídos ou com trajetórias de insucesso escolar está nas regiões interioranas, associado a questões de raça, cor e gênero. Apesar da luta dos movimentos sociais, ainda persiste a dicotomia entre rural/urbano, campo/cidade.

Nesta situação encontram-se milhares de crianças, jovens e adultos camponeses e que ao longo do tempo tiveram seu direito à educação negligenciada, sob o pensamento de que “[...] povo da roça não carece estudo. Isso é coisa de gente da cidade.” (LEITE, 2002, p. 14). Assim, a maioria destes jovens e adultos inicia sua vida educacional com experiência na área agrícola.

A formação para o trabalho está vinculada à própria dinâmica da vida e do trabalho, com base nas práticas educativas de convivência familiar, que são transmitidas de geração a geração, num misto de herança cultural e de necessidade econômica.

O transmitir é um ato que se inscreve na história humana, que faz história e que faz transitar elementos da experiência e de saber (educação, formação), segundo Schwartz. Assim, toda atividade humana é uma experiência em si e está ligada à transmissão de saberes. Conforme Charlot: “O mundo não é apenas conjunto de significados, é, também, horizonte de atividades.” (2000, p. 78). Os alunos trabalhadores, a partir de sua experiência de vida e de trabalho, constroem um significado próprio de valor e sentido sobre o trabalho, concebendo-o como espaço de sua condição humana.

“O trabalho às vezes é mais que o trabalho remunerado”. Este conceito de trabalho não está associado apenas ao sentido abstrato, mas remete a vivências. “[...] que fala do que faz, mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe.” (FREIRE, 1996, p. 20).

A escola hoje precisa educar para o trabalho e pelo trabalho, de forma que os saberes produzidos pelo trabalho sejam objeto de reflexão e mantenham um diálogo com os saberes produzidos nos processos escolares.

As práticas pedagógicas na educação profissional estiveram, por um longo período, associadas à concepção tradicional, conteudista com foco no “aprender a fazer e fazer para aprender”, consequência de uma pedagogia dominante cuja educação serviu para conservar e reproduzir um comportamento prescrito baseado na narração, memorização sem relação com a realidade dos sujeitos (FREIRE, 2005).

O papel da escola não é só a transmissão de conhecimentos acumulados historicamente, mas exige, antes de tudo, reflexão sobre o modo de vida social que deve estar articulado com a experiência dos alunos, respondendo concretamente aos problemas enfrentados pelo homem em seu caminhar histórico (FRANCO, 1991). Na mesma linha de pensamento, Machado considera que “[...] o sujeito situado na realidade em que vive é o ponto de partida para o desenvolvimento da capacidade de contextualizar informações, conhecimentos, saberes e técnicas.” (2006, p. 53).

Aprimorar as práticas pedagógicas da realidade de trabalho dos alunos é fundamental, considerando que o homem só conhece aquilo que é objeto de sua atividade, e conhece porque atua praticamente. O conhecimento tem que adquirir corpo na própria realidade, sob a forma de atividade prática, e proporcionar sua transformação.

Desta forma, a formação profissional para trabalhadores do campo tem que estar integrada à realidade histórica e social em que os sujeitos estão inseridos, pois é inegável o saber adquirido pelo homem do campo em relação

ao trabalho: “[...] saber e trabalho alinham-se em um sentimento único de sobrevivência material e de valores [...]” (LEITE, 2002, p. 72).

A formação deve incorporar as dimensões dos saberes formalizados aos saberes do trabalho, do trabalho intelectual ao produtivo, para a construção de conhecimento tendo como eixo o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, rompendo com a dualidade entre cultura geral e técnica. Os conhecimentos tecnológicos, os quais são referência ao exercício de atividades técnicas e de trabalho, também se tornam indispensáveis para que os homens usufruam destas conquistas tecnológicas para o bem estar humano.

A experiência do aluno trabalhador na mesma área em que está buscando a formação profissional contribui para o bom desempenho na apropriação dos conhecimentos teóricos e práticos desenvolvidos nos cursos técnicos. Resignificar as práticas pedagógicas remete à necessidade de aprendizagens significativas, construtivas e de formação, nas quais os alunos percebam nos conhecimentos produzidos o vínculo com as demais dimensões da vida humana.

As articulações fragmentadas entre educação e trabalho não contribuíram para um projeto de inclusão social, ao contrário, reforçaram a lógica do capitalismo que se impôs à maioria da população, o que caracteriza, até hoje, uma sociedade sem justa distribuição de renda e com muitas formas de discriminação, na qual a ausência da escolarização serve para justificar as funções desqualificadas no mercado de trabalho.

A expansão do desenvolvimento capitalista fez com que a escola e a formação profissional estivessem atreladas a este projeto de desenvolvimento econômico, no qual as relações sociais e de trabalho, as ciências e as tecnologias estão vinculadas à propriedade privada, ao trabalho assalariado como exploração de mão de obra. Esta ideia de desenvolvimento está intimamente ligada ao poder do capital financeiro, a uma lógica de mercado que determina as relações sociais a partir da competição e do individualismo transformando tudo em mercadoria com vista ao lucro.

As empresas passaram a exigir trabalhadores cada vez mais qualificados. Junto as destrezas manuais agregam valores e novas competências relacionadas a criatividade, inovação, trabalho em equipe, autonomia. A estrutura rígida de ocupação altera-se em equipamentos e instalações complexas requerendo trabalhadores com níveis de educação e qualificação cada vez mais elevados. As mudanças aceleradas no sistema produtivo passaram a exigir uma permanente atualização das qualificações e habilitações existentes e a identificação de novos perfis profissionais.

Ao lado deste desenvolvimento, está a exclusão social, o desemprego crescente para aqueles que não têm oportunidades de acompanhar as mudanças, as novas tecnologias ou aqueles que não servem mais ao poder daqueles que orientam tal desenvolvimento. Contrários a este poder hegemônico de educação e de desenvolvimento estão aqueles que acreditam existir outras formas de desenvolvimento e de formação, que orientam para práticas fundadas na inclusão social, no respeito e no bem comum. Estas novas práticas quebram paradigmas, ressignificam conhecimentos e saberes, construindo novas experiências, novas relações sociais com novos protagonistas e novas iniciativas, transformando realidades de trabalho e de vida.

[METODOLOGIA E DISCUSSÃO SERÁ ENTREGUE APÓS O OK DAS REVISÕES QUE FORAM FEITAS. Acredito que o artigo está bem melhor.]

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Esta pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada no IFS Campus São Cristóvão no Povoado Quissamã na cidade de São Cristóvão/SE, no ano de 2012, às 19:30, na sala 08 da Didática I, através da aplicação de questionário, composto por questões abertas e subjetivas. Dos 14 estudantes que frequentam o curso, 2 estavam ausentes, sendo distribuídos, desta forma, 12 questionários. Nesta pesquisa, o corpus é composto por uma turma (5º G), em um núcleo de Jovens e Adultos, formada por alunos de diferentes faixas etárias. Com a análise das afirmações de cada aluno, verificam-se suas impressões acerca do processo de aprendizado e a importância do curso para o mercado de trabalho, dentre outras coisas relativas à etapa pós-estudos.

Após esta etapa, seguiremos à análise das respostas dos educandos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise das respostas, chegamos à conclusão que a grande maioria dos educandos ingressou no PROEJA para recuperar o tempo perdido, visto que passaram anos fora das salas de aula, em virtude do panorama sócio-cultural-econômico no qual estão inseridos. Tal panorama associa-se a uma necessidade de complementação de renda por parte das famílias dos

educandos, o que explica a baixa faixa etária de inserção no mercado de trabalho de muitos deles e, conseqüentemente, o abandono precoce dos estudos.

Como pontos positivos, os estudantes citam os empenhos dos professores e a capacidade deles em transmitir o conhecimento. O investimento do IFS – Campus São Cristóvão em novos professores foi ressaltado por muitos educandos, que se sentiram seguros com os novos docentes durante as aulas.

Contudo, a infraestrutura foi criticada por quase todos os alunos, que “sofreram” com a falta de aulas práticas durante o curso. O pouco contato com o computador é listado por muitos como um grande problema para a formação profissional, contudo os mesmos reconhecem que a prática do mercado de trabalho e as oportunidades de emprego consolidarão todo ou grande parte do aprendizado obtido durante as aulas do IFS – Campus São Cristóvão.

6. REFERÊNCIAS

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber – Elementos para uma teoria.** Porto Alegre. Artmed:2000.

CIAVATTA, Maria. **A educação profissional do cidadão produtivo à luz de uma análise de contexto.** Revista proposta nº 86 novembro de 2000.

FRANCO, Luiz Antônio Carvalho. **A Escola do Trabalho e o trabalho da escola.** 3ª ed. Porto Alegre. Cortez: 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo. Paz e Terra: 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 47ª ed. São Paulo. Paz e Terra: 2005.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: Urbanização e Políticas Educacionais.** 2ª ed. São Paulo. Cortez, 2002.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Conhecimento e Competência no Trabalho e na Escola. Boletim Técnico do SENAC.** Rio de Janeiro. Editora SENAC: 2002.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo. Cortez: 2000.

PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de Tecnologia – Volumes I e II**. Rio de Janeiro. Editora Contraponto: 2005

SAVIANI, Derneval. **Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos**. *Revista Brasileira de Educação*. v. 12, nº 34 jan/abr 2007.

SCHWARTZ, Yves. **Transmissão e Ensino: do mecânico ao pedagógico**. *Revista Pro-Posições*. Vol 16. nº 3 – set/dez – 2008.

SCHWARTZ, Yves; DURRIE, Louis. **Trabalho e Ergologia – Conversas sobre a atividade humana**. Tradução de Travail & Ergologie. Jussara Brito e Milton Athayde et ali. Niterói: UdUFF, 2007.